

Governador entregará na ALBA o programa Bahia pela Paz

O governador Jerônimo Rodrigues entregará pessoalmente ao Parlamento o projeto de lei que institui o programa Bahia pela Paz, comparecendo ao plenário da Assembleia Legislativa nesta quarta-feira (13), às 15h30, quando passará a sua mensagem diretamente ao presidente Adolfo Menezes – enfatizando a importância que dispensa a essa proposição, bem como o apreço que dedica ao Legislativo. A sessão plenária deverá ser transformada em especial para receber o chefe do Executivo e outros dirigentes públicos da Bahia.

É a segunda vez que o chefe do Executivo virá à Assembleia para entregar diretamente aos deputados estaduais matéria que considera como prioritária. No ano passado, Jerônimo Rodrigues agiu assim quando encaminhou o projeto de lei que criou o programa Bahia Sem Fome. Esse novo programa de combate à violência, o Bahia pela Paz, substituirá o Pacto pela Vida, e reunirá um conjunto de projetos e atividades desenvolvidos por diversos órgãos



É a segunda vez que o chefe do Executivo virá para a Assembleia

do poder público estadual e sociedade civil, em apoio à população mais vulnerável – promovendo a redução da criminalidade e da violência.

No último dia 6, o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas, esteve na ALBA e fez uma apresentação prévia do programa aos deputados, em ato realizado no Salão Nobre. Para ele, o propósito do novo programa é fomentar uma sociedade mais segura, justa e inclusiva por meio de uma abordagem integral da segurança pública e dos direitos humanos, desenvolvendo uma nova perspectiva de promoção da cultura de paz associada à política de segurança pública na Bahia.

Entre as metas do programa Bahia pela Paz, disse, estão a redução da violência letal através de prevenção qualificada, modernização do sistema de segurança e transparência; prevenção das taxas de criminalidades; fortalecimento da polícia judiciária e redução da letalidade policial; garantia dos direitos das pessoas afetadas pelo uso abusivo de drogas, ampliando as redes de atenção psicossocial; modernização da execução penal para alternativas à prisão e inclusão de egressos e articulação entre os poderes para um sistema de justiça transparente, ágil e acessível.

Assembleia entregará nesta quinta-feira a Comenda 2 de Julho ao físico Olival Freire

O físico e cientista Olival Freire Júnior será homenageado pela Assembleia Legislativa da Bahia, nesta quinta-feira (14), com a Comenda 2 de Julho. A concessão da maior honraria do Legislativo, proposta pelo primeiro vice-presidente da Casa, deputado Zé Raimundo Fontes (PT), será entregue em sessão especial, às 10 h, no plenário. O evento deve reunir intelectuais e dirigentes da comunidade acadêmica, professores, ex-alunos, admiradores, amigos e familiares do renomado pesquisador na área da História e Teoria Quântica e da Ciência no Brasil.

Olival Freire é diretor científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. O profissional destacado é autor de quatro livros, organizador de cinco coletâneas; autor de mais de 40 capítulos de livros e de mais 90 artigos em periódicos especializados.

Nascido no município de Jequié, Olival Freire se projetou no mundo através da Ciência, com uma carreira acadêmica que sempre esteve ligada à Ufba, instituição na qual, atualmente, é professor, além de pesquisador do CNPq na área de História da Ciência. Ao longo do seu percurso acadêmico-profissional, ocupou vários cargos e funções em instituições científicas e



Zé Raimundo Fontes foi o proponente da homenagem

órgãos universitários. Foi presidente da Sociedade Brasileira de História da Ciência, da Comissão para a História da Física Moderna, International Union of History and Philosophy of Science; pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação da Ufba (2014-2019); coordenador do Capes Print Ufba (2018-2022) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (M/D, Ufba-Uefs, Conceito 5 Capes), do qual foi um dos fundadores.

Legislativo sediará sessão especial em comemoração aos 44 anos do PT

A Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) sediará, nesta quinta-feira (14), uma sessão especial em comemoração pelos 44 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). A solenidade foi proposta pela Liderança do PT na ALBA, coordenada pela deputada Fátima Nunes, e ocorrerá a partir das 15h no Plenário Orlando Spínola, no Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães.

A legenda foi oficializada como partido político em 10 de fevereiro de 1980 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao justificar a proposição, a deputada Fátima Nunes lembrou que o grupo plural agregava sindicalistas, intelectuais, artistas e setores progressistas da igreja católica, a exemplo daqueles ligados à Teologia da Libertação.

“O partido é resultado de uma construção coletiva capitaneada pelos movimentos sindicais da região do ABC paulista que organizaram grandes greves entre os anos de 1978 e 1980 e contavam com combativos militantes da esquerda brasileira, entre eles ex-presos políticos e exilados, todos perseguidos pela ditadura militar e que mais tarde tiveram seus direitos devolvidos pela lei



Deputada Fátima Nunes é a líder do (PT) na Casa

da anistia”, recordou a parlamentar.

Na proposta, Fátima Nunes apontou que o PT é reconhecido como o maior partido político de esquerda da América Latina e possui, atualmente, aproximadamente 1,59 milhão de filiados, contando ainda com a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados e a quarta maior bancada do Senado Federal.

Direto do Plenário

Dirigido pelo presidente Adolfo Menezes, o pequeno expediente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), desta terça-feira (12), contemplou a fala das deputadas e deputados inscritos, que repercutiram suas agendas, além de trazer suas pautas e posicionamentos. Durante o horário, foi informado pelos líderes da maioria e da minoria, respectivamente Rosemberg Pinto (PT) e Alan Sanches (UB), que as bancadas indicarão os nomes para compor a Comissão de Ética da Casa essa semana.



Robinho (UB) mostrou preocupação com os dados do Monitor da Violência do portal G1, que indicam a Bahia como Estado com maior registro de mortes violentas no Brasil pelo 5º ano seguido, pedindo mais atenção do governo para segurança pública. Ele também citou dados críticos sobre desemprego e educação da Bahia, cobrando empenho do Executivo.

Olívia Santana (PC do B) comemorou o anúncio, feito pelo presidente Lula, de que a Bahia receberá oito novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia até 2026. Ela enumerou os investimentos do Governo do Estado na área de educação, sobretudo a entrega de novas escolas, e parabenizou os profissionais de Biblioteconomia pelo seu dia.

Hilton Coelho (Psol) voltou a cobrar apreciação do projeto (PLC 154/2023) dos defensores públicos na Casa, citando ações itinerantes da instituição para atender a população baiana. Anotou ainda participação em ato dos educadores de Salvador pelo pagamento do piso nacional, anunciando manifestação do movimento estadual, no CAB, nesta quarta (13).

Maria del Carmen (PT) destacou homenagem que prestou, com moção de aplausos na ALBA, à Fundação Visconde de Cairu, que completou 119 anos neste 12 de março. A petista rememorou a origem da instituição, em 1905, atrelada ao surgimento de indústrias e necessidade de desenvolvimento profissional de jovens e elogiou sua contribuição à educação no país.

Samuel Junior (Republicanos) usou uma passagem bíblica para criticar fala recente do ministro Gilmar Mendes, do STF, que afirmou ter sido relatado a existência de uma 'narcomilícia evangélica' em atuação no Rio de Janeiro. Ele pediu respeito às denominações evangélicas do Brasil, lembrando o trabalho social exercido pelas igrejas.

Tiago Correia (PSDB) comunicou que a Comissão de Infraestrutura aprovou requerimento de sua autoria para realização de audiência pública sobre insatisfação dos usuários com a prestação dos serviços da ViaBahia, administradora, na Bahia, das BRs 324 e 116. Ele também parabenizou o prefeito de Salvador, Bruno Reis, pelo desempenho em pesquisa.

Zó (PC do B) comemorou desfecho da reunião, com representantes da adutora da Mineração Caraíba, que discutiu a majoração na tarifa de água para cerca de 800 irrigantes da região de Juazeiro. Segundo o deputado, após apresentar argumentos

e números, o aumento – que impactaria diretamente produtores e consumidores – foi suspenso.

José de Arimateia (Republicanos) subiu à tribuna para destacar a atuação de entidades e hospitais de Feira de Santana, que atendem a toda região. O parlamentar parabenizou os 40 anos do Hospital Geral Clériston Andrade, os 165 anos da Santa Casa de Misericórdia e os 21 anos do Centro Municipal de Diagnóstico por Imagem Dr. Eugênio Laurine (CMDI).

Robinson Almeida (PT) ressaltou o lançamento, na Bahia, do programa do Governo Federal intitulado Pé-de-Meia, que vai instituir uma poupança para estudantes do ensino médio. Ele informou que foram aprovadas audiências relacionadas à Coelba, ao criticar o péssimo serviço prestado e solidarizar-se com trabalhadores recentemente demitidos pela empresa.

Dr. Diego Castro (PL) sublinhou a passagem, no último final de semana, pela Bahia, do ex-presidente Jair Bolsonaro e sua esposa Michelle Bolsonaro, exaltando a realização das atividades do seu partido em Salvador. O liberal lamentou dois casos, na mesma semana, de perdas no quadro da Polícia Militar baiana, identificadas, segundo ele, como suicídios.

Rosemberg Pinto (PT) chamou a atenção para uso de termos inadequados nos discursos, como palavras chulas ou de baixo calão, pedindo mais atenção dos colegas e sua retirada nos registros. Ele falou ainda que vem preparando, junto com alguns colegas, temas atuais para serem debatidos no Parlamento baiano, como a descriminalização da maconha.

Alan Sanches (UB) repercutiu os índices do Monitor da Violência do G1, que colocam, pelo 5º ano consecutivo, a Bahia como o Estado com maior registro de mortes violentas no país, com 4.848 homicídios em 2023. Ele reiterou sua confiança na Polícia Civil e no Comando da PMBA, cobrando do Executivo mais planejamento, tecnologia e prioridade para Segurança Pública.

Ricardo Rodrigues (PSD) comemorou a aprovação da participação da Comissão de Agricultura da ALBA na 23ª Expoagri 2024, que será realizada, em Irecê, no mês de abril. Vice-presidente do colegiado, o pessedista lembrou que a cidade sediou reunião da comissão itinerante ano passado. Registrou ainda visita, junto com outros membros da Comissão de Saúde, ao Hospital Ortopédico do Estado.



Parlamentares foram recepcionados por Roberta Santana, secretária de Saúde

Deputados visitam o Hospital Ortopédico do Estado da Bahia

Deputados da Comissão de Saúde e Saneamento e de outros colegiados da Assembleia Legislativa visitaram, na manhã desta terça-feira (12), as instalações do novo Hospital Ortopédico do Estado da Bahia, inaugurado há uma semana. Recepcionados pela secretária estadual da Saúde, Roberta Santana, os parlamentares conheceram as principais dependências da maior unidade estadual de ortopedia e traumatologia do Brasil, localizada no bairro do Cabula, em Salvador.

Na sua fala inicial aos parlamentares, a gestora da Sesab disse que tinha muito orgulho em oferecer um excelente serviço à população baiana. “É um centro de referência, especializado em ortopedia, que vai desde o tripé de tecnologia, ensino/pesquisa e assistência, tendo a expectativa de realizar 290 mil atendimentos no ano e 1.300 cirurgias por mês. É um investimento de 224 milhões de reais que estamos fazendo, pensando em atender e acolher mais rápido e melhor os pacientes”, afirmou.

A gestão do hospital conta com a experiência de 68 anos da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, instituição

de saúde que ocupa a primeira posição, na América Latina, em cuidados na área de ortopedia. Na apresentação que fez aos legisladores, o diretor-geral do hospital, Roger Monteiro, mostrou em números a estrutura que foi montada pela administração pública. São 212 leitos, com 30 deles para Terapia Intensiva, 13 salas de cirurgia e 16 consultórios ambulatoriais, além de equipamentos para exames de ressonância magnética, tomografia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raio-x e até uma piscina aquecida para fisioterapia aquática. “O paciente que chegar aqui terá um grande diferencial no atendimento, porque será cuidado da forma mais ampla possível, tendo acesso a todos os especialistas, dentro da ortopedia que ele precisa. Após a alta, a gente acompanha o paciente no ambulatório e, se necessitar de reabilitação, também terá acesso. É um cuidado integrado”, pontuou.

Depois de assistirem a um vídeo institucional, ressaltando a modernidade da unidade de saúde, classificada como 100% SUS, os deputados fizeram uma turnê por várias salas e setores do hospital. Eles estiveram no ambulatório, onde devem ser realizadas 14 mil consultas por mês, ficaram

impressionados com a piscina de hidroterapia para ajudar na reabilitação dos pacientes, ouviram informações técnicas sobre a utilização dos equipamentos de fisioterapia no pós-operatório e conheceram as enfermarias de internação. As últimas paradas da comitiva foram no Setor de Bioimagem e na Sala de Cirurgia. Foi neste local que o deputado José de Arimateia (Republicanos), vice-presidente do colegiado, agradeceu “à sensibilidade do governador Jerônimo Rodrigues e da secretária Roberta Santana pela moderna unidade hospitalar” e conclamou a todos para que fizessem juntos uma oração, “justamente no espaço em que a ciência médica convive lado a lado com a aflição das pessoas”.

O presidente da Comissão de Saúde, deputado Alex da Piatã (PSD), destacou o empenho do ministro da Casa Civil, Rui Costa, e do governador Jerônimo, em construir um equipamento de qualidade e fez um balanço positivo da visita. “Cada deputado aqui, representante de um segmento, de uma região do estado, saiu com a certeza de que existe um serviço de ortopedia de excelência, que vai, com certeza, zerar essa fila da regulação que temos há alguns anos na Bahia”,

declarou. Ortopedista da “velha guarda”, o médico e deputado Eduardo Alencar (PSD) demonstrou satisfação em viver este momento, acrescentando ainda a importância da formação profissional que o Hospital Ortopédico do Estado vai proporcionar para a classe médica. Recém-formado em Medicina, o deputado opositorista Jordavio Ramos (PSDB), independente do campo ideológico, parabenizou o gestor estadual, reconhecendo os benefícios que a unidade vai trazer para os baianos.

Outros deputados também se pronunciaram sobre a inauguração do hospital. Hassan (PP) elogiou a atuação da gestora que dirige a área de saúde, assegurando que a Sesab está sempre pronta para atender às demandas dos parlamentares. Bobô (PC do B), ex-jogador que até hoje diz sofrer com dores no joelho, salientou a relevância da medicina esportiva, uma área que terá apoio na nova unidade. Ricardo Rodrigues (PSD) enalteceu o avanço da saúde na Bahia nos últimos anos e Júnior Muniz (PT) considerou a visita muito proveitosa. Luciano Araújo (SD) e Rogério Andrade (MDB) também participaram da visita ao Hospital Ortopédico do Estado da Bahia.

A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Manuel Rocha (UB), definiu, na manhã desta terça-feira (12), uma extensa pauta de trabalho para estes primeiros meses do ano, que inclui audiências públicas, locais e itinerantes; participação em eventos e até mesmo a emissão de um posicionamento oficial do colegiado, cobrando da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) a aplicação da Lei nº 13.860, de 18 de julho de 2019. O pedido partiu do deputado Eduardo Salles (PP), depois de ouvir reivindicação dos produtores baianos, que têm seus queijos artesanais premiados, mas se queixam da não aplicação da Lei.

A legislação, promulgada pelo então presidente Jair Bolsonaro, dispõe sobre a fabricação e comercialização de queijos artesanais, considerando-os como aqueles elaborados “por métodos tradicionais, com vinculação e valorização territorial, regional ou cultural, conforme protocolo de elaboração específico estabelecido para cada tipo e variedade, e com emprego de boas práticas agropecuárias e de fabricação”. Ainda com a Adab, os deputados irão conversar sobre a instalação, na Bahia, de uma indústria para processamento e reciclagem de recipientes destinados a defensivos agrícolas. Deverão ser convidados para a reunião, o Ministério Público e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema).

Comissão de Agricultura define calendário de atividades



Trabalhos foram conduzidos pelo presidente do colegiado, deputado Manuel Rocha (UB)

A Comissão também aprovou, por unanimidade, pedido encaminhado pelo deputado Antonio Henrique Jr. (PP) e vai participar da III Cacaucultura 4.0, que reunirá produtores de todo o Brasil no Oeste da Bahia nos dias 19 e 20 de abril. O evento vai contar com palestras, workshops, networking e dia de campo. Serão apresentadas as últimas inovações tecnológicas para o setor e como a tecnologia pode impulsionar a produção de cacau de forma sustentável e eficiente em áreas não tradicionais. Ainda em abril, entre os dias 25 e 28, a comissão participará da 23ª ExpoAgro, em Irecê, a pedido do vice-presidente Ricardo Rodrigues (PSD). Duran-

te o evento, os deputados esperam ver reinaugurada a sede do Inema no município. Outro ponto de pauta aprovado foi a realização de audiência pública para analisar os Efeitos da Desertificação e Medidas Preventivas do Governo para Combater as Ações Destrutivas da Humanidade. A solicitação é da deputada Fátima Nunes (PT).

Na sessão, os deputados também abordaram a participação na AgroRosário, evento realizado em Correntina no início deste mês, quando conheceram o projeto de instalação da primeira biorrefinaria de milho do Brasil, que fará da Bahia o estado pioneiro na produção de álcool derivado desse

cereal. O investimento inicial, segundo Eduardo Salles, é de R\$1,2 bilhão, “podendo chegar a R\$10 bilhões”. Sales agradeceu ao presidente da ALBA, deputado Adolfo Menezes, a chance que tem dado aos parlamentares de se deslocarem pelo interior da Bahia, cedendo aeronaves. “Nunca, na história deste Parlamento, foi dada tanta oportunidade de estarmos mais perto do povo”, disse.

Por fim, os deputados deram as boas-vindas ao novo integrante do colegiado, deputado Sandro Régis (UB), que elogiou o trabalho “brilhante e irretocável” da Comissão de Agricultura e se colocou à disposição para contribuir com a continuidade das atividades.



Palestra foi ministrada pela professora e socióloga Daisy Jardim

Legislativo promove evento sobre “Mulheres Atemporais”

A Procuradoria Especial da Mulher e a Escola do Legislativo da ALBA promoveram, nesta terça-feira (12), a palestra “Mulheres Atemporais: Reescrevendo narrativas sobre idade e empoderamento”, ministrada pela professora e socióloga (com mestrado em Educação pela Ufba) Daisy Jardim. Com objetivo de inspirar mu-

lheres a redefinirem suas próprias narrativas de idade e reafirmação, além de fortalecer a autoestima, o bem-estar e o empoderamento das mulheres em todas as fases da vida. As servidoras da ALBA e convidadas compartilharam, durante 2 horas, as suas vivências e narrativas de um tema atual e importante para o feminismo.

Assassinato de Quemoly Luize de Sena consterna Zó

O deputado Zó (PC do B) apresentou uma moção de pesar pela morte de Quemoly Luize de Sena, vítima de feminicídio cometido pelo bombeiro militar Emerson de Souza Oliveira, do Grupamento de Bombeiro Militar, em Juazeiro.

“Quemoly é mais uma vítima do machismo e da misoginia. Diante do fato, presto os sentimentos e solidariedade à família, amigos e todas mulheres, que estão submetidas a atos de crueldade e covardia

cometidos por homens”, afirmou.

Ainda por meio da moção, Zó defende que o acusado seja julgado e responsabilizado penalmente pelo crime praticado. “Espera-se que o criminoso confesse tenha a devida pena prevista em Lei, e que sirva de exemplo para que atos cruéis como este não mais aconteçam”, enfatizou.

Quemoly deixa dois filhos pequenos, inclusive, uma menina de 3 anos, filha do casal.



Deputado Zó (PC do B)



Presidente da comissão, Eduardo Salles distribuiu relatorias para os parlamentares

Deputados da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo aprovaram a realização de cinco audiências públicas na reunião ordinária desta terça-feira (12). Três delas, que estavam na pauta, são referentes a entraves no desenvolvimento da Bahia por conta da distribuição de energia e envolvem diretamente a concessionária Coelba. A quarta, proposta durante a reunião pelo deputado Tiago Correia (PSDB), é sobre a Viabahia, concessionária das rodovias BR-324 e BR-116. A quinta, solicitada pelo deputado Robinson Almeida (PT), trata de política habitacional.

O colegiado também aprovou o Projeto de Lei 23.685/2019, de autoria da deputada Fabíola Mansur (PSB), que institui no calendário oficial do estado o Dia Estadual da Eletromobidade, realizado anualmente no dia 29 de maio. O parecer favorável da deputada Cláudia Oliveira (PSD) foi lido pela deputada Maria del Carmen (PT). O projeto recebeu emendas da relatora, para garantir a constitucionalidade e seguir a tramitação.

Ainda na reunião, o presidente da Comissão de Infraestrutura, deputado Eduardo Salles (PP), distribuiu para relatoria do deputado Robinson Almeida (PT) o PL 18.373/2009, de autoria da deputada Fátima Nunes (PT), que cria o Dia Estadual dos Motoclubes.

As três audiências a cerca da Coelba foram propostas, na pauta, pelo deputado Robinson Almeida (PT), porém os deputados concordaram que a solicitação seria coletiva, por conta da relevân-

cia do tema. A primeira audiência pública discutirá os gargalos para o desenvolvimento econômico da Bahia devido à ausência da oferta de energia elétrica em territórios baianos.

Na segunda, os deputados debaterão os desafios para a universalização da zona rural da Bahia por meio do programa Luz para Todos, com a execução da Coelba. O presidente Eduardo Salles propôs que seja discutido também, nesta audiência, a mudança de oferta de sistema monofásico para o trifásico, possibilitando um maior desenvolvimento na zona rural. Por fim, a terceira audiência tratará dos serviços prestados pela Coelba e a participação dos trabalhadores do setor de energia.

A respeito da Viabahia, Tiago Correia lembrou que um acidente com caminho que transportava gás na BR-116, próximo a Vitória da Conquista, interrompeu o tráfego na estrada por três dias. Recordou ainda que, um dia após solução do problema, houve um outro acidente envolven-

do um ônibus na região, com 12 feridos, seguido de outro, no dia seguinte.

“É insustentável essa concessão da Viabahia. É a principal via de ligação do sul do país ao norte do país... Imagine que os caminhões tiveram que ficar parados nos três dias e os carros de pequeno porte tiveram que fazer desvios por dentro do mato. O aeroporto de Vitória da Conquista ficou isolado, porque a via ficou completamente engarrafada por vários quilômetros. Foi preciso abrir um acesso pelo fundo, dentro do matagal, para que o aeroporto não ficasse isolado. Então, a Viabahia vem prejudicando demais o desenvolvimento do nosso estado e colocando a vida da população em risco”, criticou Correia.

O tucano disse ainda que a Viabahia segue cobrando pedágio, desde 2009, e não aplicando os recursos para realizar as obras que estão previstas em contrato. “Eu queria incluir na pauta mais uma audiência pública para tratar desse assunto tão sério”, comple-

tou o deputado, que contou com a aprovação de todos os colegas presentes.

Durante a reunião, o deputado Robinson Almeida solicitou a realização de outras duas audiências públicas. Uma delas sobre a construção de espigões na praia do Buracão, em Salvador, e a segunda sobre política habitacional relativa à ocupação de uma área pública de Salvador, próxima ao Centro de Convenções, na Boca do Rio.

O presidente disse que acrescentaria as duas propostas na pauta da próxima reunião. Robinson Almeida, no entanto, solicitou que a audiência sobre o problema habitacional na Boca do Rio fosse apreciada já na reunião. A deputada Maria del Carmen explicou que a questão era de ordem municipal, mas que seria positivo possível tratar do problema de política habitacional de uma forma mais ampla, com a presença do Ministério das Cidades e órgãos estaduais e municipais. O presidente Eduardo Salles concordou com a deputada e argumentou que a discussão poderia ter a presença também das secretarias de Desenvolvimento Urbano estadual e municipal de Salvador. A audiência foi aprovada nestes termos por todos os deputados.

Além do presidente Eduardo Salles, participaram da reunião o vice-presidente do colegiado, deputado Pedro Tavares (UB), os deputados Penalva (PDT), Robinson Almeida (PT), Eures Ribeiro (PSD), Tiago Correia (PSDB) e Sandro Régis (UB) e a deputada Maria del Carmen (PT).

Direitos Humanos aprova sete audiências para este ano

Em sua primeira reunião ordinária do ano, a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública aprovou, nesta terça-feira (12), sete audiências e uma relatoria de projeto de Lei, e marcou data para visitas a comunidades indígenas no Sul do Estado. Também no evento, os parlamentares foram informados da visita do governador Jerônimo Rodrigues e do secretário de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas, nesta quarta-feira (13), para apresentar o projeto de lei do Executivo que institui o programa Bahia pela Paz.

Além do presidente do colegiado, Pablo Roberto (PSDB), estiveram presentes a vice-presidente Neusa Cadore (PT), Robinson Almeida (PT), Ludmilla Fiscina (PV), Hilton Coelho (Psol) e Dr. Diego Castro (PL)

CALENDÁRIO

Das audiências aprovadas, três foram propostas pelo presidente da comissão, sendo elas Violência contra os povos indígenas Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe, no Sul da Bahia; A importância da Ciência Papioscópica e da Identificação Civil; e Regulamentação do exercício dos bacharéis em

Criminologia na Bahia.

As outras quatro, sugeridas pelo deputado Hilton Coelho, versarão a respeito dos Impactos da implementação do VLT na população do Subúrbio; Urbanização e Verticalização em Salvador; Saúde e Racismo Ambiental na Ilha de Maré; e Península de Maraú pede Socorro: Especulação Imobiliária, Destruição Ambiental e Supressão de Direitos dos Povos Tradicionais.

Aprovadas ainda em 2023, a ida às comunidades indígenas Barra Velha, em Porto Seguro, e Cahy, em Prado, também proposta por Hilton Coelho, ficou confirmada para os dias 4 e 5 de abril deste ano. Com relação às visitas iniciadas no ano passado, Pablo Roberto pediu prioridade para o sistema prisional e o socioeducativo. “Encontramos umas situações que pedem uma atenção melhor do Governo do Estado”.

RELATORIA

Na reunião, o Projeto de Lei 20383/2013, de autoria do deputado José de Arimateia (Republicanos), que propõe a criação da Semana Estadual de Prevenção à Violência contra a Criança e o Adolescente

no Estado da Bahia, foi aprovado, com o parecer favorável da relatora Neusa Cadore. No documento, a parlamentar citou dados do ano passado, divulgados pelo Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, dando conta do registro, pelo Disque 100, de mais de 17 mil violações sexuais de janeiro a abril de 2023, 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

A questão, segundo Neusa, é de elevado interesse público e os dados mostram a necessidade de fortalecimento de medidas que proporcionem às crianças e aos adolescentes uma vida livre de violências. “E demonstram ainda a importância da defesa e proteção do segmento social vulnerável em peculiar condição de desenvolvimento humano que devem ser absoluta prioridade de tratamento pela família, pelo poder público e em colaboração de toda a sociedade”, afirmou

BAHIA PELA PAZ

Ainda no evento, o deputado Robinson Almeida informou aos pares da visita do governador e do secretário de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas, à Casa Legislativa, para

entregar o Projeto de Lei que institui o programa Bahia pela Paz. “Um esforço do executivo de apresentar e atualizar uma política de segurança pública para o estado”, disse.

Além da visita desta quarta, Robinson propôs à comissão uma audiência pública, com a presença do secretário da SJDH e de todos os legisladores da Casa, para apreciação e discussão sobre o projeto de lei em questão. “Que a gente tenha o espaço e tempo para poder refletir, sugerir e aperfeiçoar esse projeto de lei, porque ele tem uma repercussão muito grande para a sociedade e é parte grande da natureza desta comissão”, argumentou.

RETORNO

Para o presidente da comissão, a primeira reunião do ano foi muito produtiva com muitos requerimentos aprovados, audiências públicas, encontros, com o mesmo entusiasmo, “de modo que essa comissão volta com força total, assim como foi durante todo o ano de 2023, quando foi uma das comissões que mais realizaram audiência pública e apreciaram mais proposições”.



Integrantes do colegiado decidiram também que vão visitar comunidades indígenas no Sul da Bahia

A atuação da deputada *Olívia Santana*, presidente da comissão, foi elogiada pelos integrantes da comissão



Colegiado de Educação aprova realização de audiências públicas

Na reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos, na manhã desta terça-feira (12), os parlamentares aprovaram oito requerimentos para realização de audiências públicas. A presidente do colegiado, deputada *Olívia Santana* (PC do B), o vice-presidente, deputado *Penalva* (PDT), e os deputados *Hilton Coelho* (Pso), *Robinson Almeida* (PT) e *Felipe Duarte* (PP) debateram as proposições dos eventos que ainda não têm datas marcadas.

Durante o ano, o colegiado vai debater as seguintes

audiências públicas aprovadas: Inserção das bibliotecárias no acompanhamento e implantação das bibliotecas escolares; Política de Patrimonialização do Estado e do Governo Federal; Precatórios do Fundef e a repartição dos valores; Educação especial na rede básica estadual e seus desafios; Pela defesa da competência da Justiça do Trabalho; O ensino federal da Bahia e os cortes orçamentários de 2024; Portaria nº 190 - qualidade e autonomia escolar; e Literaturas periféricas no campo das políticas públicas.

Na reunião, a deputada

Olívia Santana destacou a visita que os integrantes do colegiado devem fazer à secretária de Educação, *Adélia Pinheiro*. A presidente explicou que é uma visita de cortesia e diálogo para conhecer os projetos da Secretaria, a Política Estadual de Educação Integral e outros assuntos da educação pública baiana.

A comunista também destacou a importância da realização das Conferências Nacionais de Educação e Cultura. "A realização dos debates é uma vitória dos movimentos sociais".

Os deputados *Hilton Co-*

elho, *Penalva* e *Robinson* aproveitaram a reunião para parabenizar a recondução da deputada *Olívia Santana* à presidência do colegiado. Os deputados destacaram o "trabalho excelente" realizado pela parlamentar.

O petista *Robinson Almeida* também destacou o lançamento do Programa Pé-de-Meia, do Governo Federal, que tem como objetivo ampliar a matrícula, permanência e aprovação dos estudantes do Ensino Médio. "É o incentivo financeiro e educacional necessário e que os jovens precisam para concluir os estudos".

Pancadinha destaca trabalho social da Igreja Batista em Itabuna

A passagem dos 13 anos de fundação da Igreja Batista Boas Novas, no dia 12 de março, foi destacada na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) pelo deputado *Pancadinha* (SD). Em moção de congratulações apresentada na Casa, ele contou que a igreja vem levando alívio espiritual e esperança, além de demonstrar preocupação com as pessoas em Itabuna, na Região Sul do Estado.

"A Igreja Batista Boas Novas foi organizada em 12 de março de 2011 e vem, a cada ano, demonstrando sua preocupação com as pessoas, não somente por ser reconhecida pela idoneidade na proclamação das Boas Novas", explicou o parlamentar no documento. Segundo ele, durante a existência da instituição religiosa, além de "garantir alívio espiritual e esperança para todos que ou-

vem a mensagem do evangelho, também exerce uma excelente contribuição social com a distribuição de cestas básicas e afins".

Pancadinha concluiu a moção pedindo que a Igreja Batista Boas Novas e seus membros continuem "mantendo essa visão da proclamação da palavra de Cristo, investindo em vidas, tanto na área social, emocional, familiar e espiritual".



Deputado *Pancadinha* (SD)

ANIVERSÁRIO DE CRISÓPOLIS



Deputado Marcinho Oliveira (UB)

Marcinho Oliveira relembra trajetória do município

O deputado Marcinho Oliveira (UB) apresentou uma moção de congratulações pelo 62º aniversário de emancipação do município de Crisópolis. Por meio do documento, o parlamentar ressaltou a história da cidade. Segundo o legislador, antes de se consolidar como Crisópolis, o município teve outros nomes e, por vezes, foi extinto e restaurado. Primeiro ganhou o nome de Bom Jesus, mas depois foi extinto em 1913. Em 1918, foi restaurado como sede no arraial de Cajueiros, mas acabou extinto novamente e seu território foi anexado a Esplanada. “Assim sendo, criou-se o município de Crisópolis, que significa “Terra do Bom Jesus”, que teve seu povoamento iniciado na segunda metade do século XIX, por fazendeiros que ali se estabeleceram, formando as fazendas Dendê de Cima e Dendê de Baixo.

No entanto, com a chegada do peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, na década de 1880, formou-se o povoado Bom Jesus, tendo o peregrino construído uma igreja e edificando um cruzeiro”, contou.

Os anos passaram e o município foi novamente restaurado. No ano de 1933, seu território foi anexado a Itapicuru. Por fim, no ano de 1962, o município foi definitivamente restaurado com o nome de Crisópolis. Por reconhecimento à história de Crisópolis e do seu povo, o deputado ainda destacou o apreço que tem pelo lugar. “Expresso aqui minha solidariedade e registro o compromisso de representar esse município junto às autoridades estaduais e representantes federais para conseguir os benefícios, obras e equipamentos que possam promover o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de todos, gerando mais empregos e renda ao tempo em que venha a reduzir os principais problemas que mais os afetam”, afirmou.



Deputada Ludmilla Fiscina (PV)

Ludmilla se congratula com povo da cidade

Nesta terça-feira (12), o município de Crisópolis, localizado no Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano, festejou 62 anos de emancipação política e administrativa. Na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), a deputada Ludmilla Fiscina (PV) protocolou uma moção de congratulações com o povo crisopolense pela passagem da data magna.

No documento, a parlamentar destacou a história de formação do município, que foi desmembrado de Itapicuru e teve como primeiro prefeito Rodolfo Dantas Coelho Filho. Seu povoamento teve início na segunda metade do século XIX com a chegada de fazendeiros que ali se estabeleceram, formando as fazendas Dendê de Cima e Dendê de Baixo.

Na década de 1880, conforme consta na história da cidade, chegou o peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, que construiu uma igreja e um cruzeiro. No local, formou-se o povoado Bom Jesus. Já em 1898, foi formalizado o município de Bom Jesus, mas que foi extinto em 1913. Em 1918, o município foi restaurado com sede no arraial de Cajueiros, porém foi novamente extinto em 1931 e anexado à cidade de Esplanada. Dois anos mais tarde, houve nova emancipação, mas só durou até 1935, quando o território foi passado a Itapicuru. A autonomia definitiva só foi estabelecida em 1962 com o nome de Crisópolis.

De acordo com o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, Crisópolis possui população com 19.729 habitantes.

Localizado a 215 quilômetros de distância de Salvador, o município tem limites com Acajutiba, Aporá, Inhambupe, Itapicuru, Olindina e Rio Real, os quais estão inseridos no bioma caatinga e na Região Hidrográfica Atlântica Leste.



Deputada Fátima Nunes (PT)

Fátima Nunes elogia luta pela emancipação

A passagem do aniversário de emancipação política do município de Crisópolis, comemorado neste dia 12, foi lembrada pela deputada Fátima Nunes (PT), em moção de congratulações apresentada na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

De acordo com o documento assinado pela parlamentar, Crisópolis foi fundado em 1962. O município tem 149 metros de altitude, uma população estimada em 21.835 habitantes e tem limites com Itapicuru, Rio Real, Acajutiba, Aporá e Olindina.

Quanto à história do município, a petista explica na moção que o território de Crisópolis integrava o município de Itapicuru. “Seu povoamento iniciou-se na segunda metade do século XIX, por fazendeiros que ali se estabeleceram, formando as fazendas Dendê de Cima e Dendê de Baixo. Com a chegada do peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, na década de 1880, formou-se o povoado Bom Jesus, tendo o peregrino construído uma igreja e edificando um cruzeiro, já em 1898, criou-se o Município de Bom Jesus, extinto em 1913”.

De acordo com o documento, tanto o cruzeiro quanto a capela, com ligeiras modificações, ainda permanecem como nos primeiros tempos na cidade, hoje chamada Crisópolis, depois de haver sido arraial do Bom Jesus e Vila Rica. A igreja, uma das mais conhecidas do conselheiro, tem o interior revestido com lâminas de ouro.

“Nesta presente moção, externo minhas felicitações a todos os crisopolenses, verdadeiros responsáveis pelos 62 anos de muitas lutas e conquistas. Que o desenvolvimento seja a mola mestra para a alavancada da prosperidade do município, de tal modo que seu povo possa partilhar dos frutos de todas as conquistas. Desejo um contínuo desenvolvimento econômico, político e social”, declarou a parlamentar.

Ao final, Fátima desejou Hoje é dia de celebrar mais uma emancipação política do município de Crisópolis! Desejo dias de conquistas, crescimento e desenvolvimento social, cultural e econômico. Aos amigos e amigas da cidade, meu carinho e apreço à esta amada cidade!

Maria del Carmen aplaude aniversário de 119 anos da Fundação Visconde de Cairu

A deputada Maria del Carmen (PT) protocolou, na Assembleia Legislativa, uma moção de aplausos pela passagem do aniversário de 119 anos de criação da Fundação Visconde de Cairu. A entidade, que surgiu em 12 de março de 1905, destacou-se pela contribuição social no cenário da educação brasileira.

Conforme ressaltou a parlamentar na moção, a Fundação Visconde de Cairu se iniciou como uma escola comercial devido à necessidade e o anseio da sociedade baiana para a criação de oportunidades para desenvolvimento profissional de jovens. "Isso ocorreu no momento em que o país entrava em uma nova fase de desenvolvimento após a abolição da escravidão, o que gerou uma população pobre, desempregada e despreparada profissionalmente para os novos desafios que a cidade portuária de Salvador passou a enfrentar", contextualizou.

Esse cenário marcado por fatores como o intenso florescimento do mercado internacional, a chegada de novidades tecnológicas, o crescimento do número de estabelecimentos e lojas comerciais, a diversidade de profissões, a contínua chegada e saída de produtos e o surgimento de algumas indústrias fez surgir



Deputada
Maria del Carmen
(PT)

a necessidade da formação de mão de obra especializada que pudesse racionalizar, desenvolver e controlar as diversas operações de compra e venda que se constituíam a principal dinâmica no Brasil.

"Toda essa dinâmica resultou na criação da Escola Comercial em 1905, vindo a fazer parte de forma ativa do processo social em desenvolvimento. Sua criação foi resultado da luta de cidadãos e cidadãs preocupados com a necessidade de novas oportunidades para desenvolvimento profissional de jovens baianos e de outras regiões do Brasil. Essa origem garantiu a permanência da hoje

conhecida Fundação Visconde de Cairu", explicou a legisladora.

Maria del Carmen ainda detalhou que, atualmente, a instituição possui duas faculdades e diversos cursos de graduação, pós-graduação e inúmeras atividades pedagógicas. "A fundação continua a se constituir numa referência no processo educativo da Bahia e do Brasil, tendo seu quadro de cursos ampliado, atendendo de forma eficiente e eficaz a formação de profissionais e cidadãs nas áreas de Ciências Contábeis, Administração, Pedagogia, Serviço Social, Direito, Psicologia, dentre outros", exemplificou.



Deputado Dr. Diego Castro (PL)

Dr. Diego Castro lamenta a morte de Joaquim Max Haack

O deputado Dr. Diego Castro (PL) apresentou, na Assembleia Legislativa, uma moção de pesar em memória de Joaquim Max Haack, pai do fotógrafo Max Haack, que partiu aos 86 anos de idade na última sexta-feira, dia 8 de março de 2024. "Joaquim Max Haack foi uma figura amplamente conhecida e respeitada, tanto por sua dedicação ao trabalho quanto pelo seu comprometimento com a comunidade", afirmou.

Segundo Dr. Diego Castro, durante grande parte de sua vida, Joaquim Max Haack serviu como perito da Polícia Técnica, demonstrando maestria e seriedade em seu ofício, especialmente na elucidação de crimes. A morte dele ocorreu às vésperas de seu aniversário de 87 anos, que seria celebrado no dia 24 de março. "Sua ausência deixa um vazio profundo nos corações de seus familiares, amigos e conhecidos, que o recordarão como um exemplo de cidadania, fé e pilares familiares", contou o parlamentar, no documento. "Reconhecemos que a morte nos confronta com os mistérios da vida, e a perda de entes queridos como o Sr. Joaquim Max Haack é uma dor imensurável", acrescentou ele.

Ao concluir a moção, Dr. Diego Castro lembrou que, em momentos de luto e tristeza, palavras parecem insuficientes para confortar os corações enlutados. "No entanto, é crucial lembrar que, em nome do amor e da memória daqueles que se foram, devemos encontrar forças para continuar vivendo. A dor se transforma em saudade e serenidade, e a perda de um homem exemplar como Joaquim Max Haack é sentida não apenas por sua família e amigos, mas por toda a sociedade, que lamenta a partida de um cidadão de honra, caráter e integridade", afirmou.

Angelo Coronel Filho parabeniza município de Cachoeira

O município de Cachoeira celebra, nesta quarta-feira (13), 187 anos de fundação. Para celebrar a passagem da data magna, o deputado Angelo Coronel Filho (PSD) apresentou moção de congratulações na Assembleia Legislativa.

O parlamentar relatou que o município se situa às margens do Rio Paraguçu, estando distante cerca de 120 km de Salvador. No ano de 2019, prossegue o deputado, população da cidade era estimada em 33.470 habitantes. Ele destacou ainda que a história da localidade é iniciada em meados do século XVI, quando começou o desbravamento da região. "É uma das cidades baianas que mais preservaram sua identidade cultural e histórica com o passar dos anos, o que a faz um dos principais roteiros turísticos históricos do Estado. Um dos municípios mais charmosos da Bahia, Cachoeira foi, durante séculos, importante meio de comunicação entre o litoral e interior. Era a partir dele que notícias, pessoas e mercadorias circulavam entre a capital e o sertão", afirmou.

De acordo com Angelo Coronel Filho, por volta do ano de 1531 Portugal enviou expedições com a incumbência de estimular o cultivo da cana-de-açúcar. Por possuir terras propícias a essa



Deputado
Angelo Coronel
Filho (PSD)

cultura, o Recôncavo da Bahia foi escolhido para a instalação dos primeiros engenhos. Em torno de um desses engenhos formou-se um povoado, depois transformado em freguesia, que no ano de 1693 foi elevado à categoria de vila, passando a chamar-se Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. Paralelo ao seu desenvolvimento econômico, crescia também a importância política de Cachoeira, sendo palco das visitas ilustres de D. Pedro I, D. Pedro II, Princesa Isabel e Conde D'Eu. No

ano de 1837, precisamente no dia 13 de março, a vila foi elevada à condição de cidade.

"É uma das cidades baianas que mais preservaram a sua identidade cultural e histórica com o passar dos anos, tornando-se um dos municípios mais históricos da Bahia", disse o deputado.

Por fim, ele lembrou que Cachoeira faz divisa com Conceição da Feira, Santo Amaro, Saubara, São Félix, Maragogipe, Governador Mangabeira e Muritiba.

Redação Legislativa, Oratória de Impacto e Aprender a Investir são os novos cursos da Escola do Legislativo

A Escola do Legislativo, através do Departamento Pedagógico e de Desenvolvimento (Deped), está promovendo novos cursos de valorização e formação profissional, destinados a assessores parlamentares e servidores da Casa do Povo. Iniciado no último dia 6 de março, prosseguiu, nesta segunda-feira (11), o curso de Redação Legislativa, que tem como foco produzir textos do gênero moções e indicações, adequando as informações para uma linguagem padrão. Até a próxima quarta-feira (13), sempre de 9 às 12 h, os 16 alunos do curso, ministrado pelas instrutoras Alene Batista e Luiza Andrade, aprendem ainda sobre a tramitação desses documentos que são oriundos dos gabinetes dos deputados.

Aprendendo a Investir é o nome de outro curso que vai até o dia 20, às segundas e quartas-feiras, também de 9 às 12 h, em uma das salas da Escola do Legislativo. Com uma carga horária de 12 horas, os participantes são orientados a criar uma estratégia de como fazer investimento. Nas atividades desenvolvidas pelo economista Gabriel Duran, servidor da Diretoria



Financeira da ALBA, os 23 alunos recebem fundamentos sobre educação financeira, conhecem quais são os índices dos principais investimentos disponíveis no mercado e aprendem sobre o uso das plataformas de investimento online. Gabriel ensina também como montar uma carteira de investimentos, de acordo com o perfil da pes-

soa, seja ela conservadora, moderada ou aquela que se arrisca muito.

A professora Tataítá Rebouças, funcionária do quadro efetivo do Parlamento baiano, foi mais uma vez designada para dar aulas no curso Oratória de Alto Impacto, que acontece às segundas e quartas, das 14 às 18 h, até o dia 25 de março. Formada em Co-

municação Social, com habilitação em Relações Públicas, a professora explica, aos 23 participantes, como aprimorar o nível de uma fala em público, de que forma devem ser feitas a abertura e o fechamento de um discurso, bem como o uso da linguagem corporal correta para atrair a plateia. Dentro do conteúdo programático do curso, Tataítá também aponta qual o melhor planejamento para aulas inspiradoras, com utilização do story telling (a arte de contar história), além de outras técnicas para causar impacto.

A gerente do Departamento Pedagógico da Escola do Legislativo, Yuriko Guimarães, também quem vem dando apoio a outros setores da Assembleia nas ações que envolvem o Mês da Mulher. "Nesta terça-feira, aqui na Escola do Legislativo, das 10 às 12 h, estaremos promovendo a palestra Mulheres Atemporais: reescrevendo narrativas sobre a idade e o empoderamento. Será desenvolvida por Deise Jardim, psicóloga e mestra em Educação, que certamente dará uma grande contribuição para esta temática e os avanços das mulheres ao longo das últimas décadas", finalizou a gerente.

ALBA expõe arte abstrata de Jéfi Zavarize

Uma atmosfera de leveza e harmonia é o que o servidor e o visitante da Assembleia Legislativa da Bahia podem experimentar, ao se deparar com a obra da artista plástica Jéfi Zavarize, em exposição, durante esta semana, no Espaço Cultural Josaphat Marinho.

Pela primeira vez expondo na Casa, Jéfi traz 13 telas pintadas com tinta acrílica e pastel oleoso, inspiradas em momentos vividos na infância pela pintora gaúcha, radicada na Bahia há 20 anos.

Os títulos dos quadros revelam o espírito de criação da artista: Calmaria, Gaia, Arrevoada, Astromélias e Capim Limão, entre outros do mesmo gênero.

Arquiteta e design de interiores, Jéfi herdou da família o gosto pela arte - a arquitetura por parte do avô, e o apreço pelas artes plásticas por meio da sua mãe e tias. A partir dos trabalhos desenvolvidos na arquitetura e na decoração, passou a criar pequenas pinturas e desenhos, utilizando técnica mista com colagem

e tinta acrílica, aprendida em pesquisas na internet.

Com o passar do tempo, foi encontrando sua identidade no segmento abstrato, buscando intercalar formas, cores e conceitos de forma totalmente intuitiva, tendo como inspiração maior a convivência e os passeios com a avó, na infância e adolescência. Segundo a artista, a mistura e a percepção de cores foram fatores estimulantes no desenvolvimento dos seus quadros, buscando, através da leveza das cores e traços, despertar sentimentos de tranquilidade e paz.

EXCLUSIVIDADE

Há menos de três anos, Jéfi abandonou as atividades anteriores e passou a se dedicar com exclusividade às artes plásticas, com o objetivo de se consolidar neste mercado. Assim como fonte de conhecimentos para a sua formação, a internet tem sido o veículo prioritário de comercialização da sua obra, muito procurada



nas redes sociais.

A pintora já expôs em uma coletiva em São Paulo e agora, na ALBA, ela se revela animada com a receptividade do público "Sou privilegiada por poder mostrar meu trabalho na Assembleia. Mesmo que não consiga vender tudo, já é muito positivo que várias pessoas que transitam por aqui conheçam o meu trabalho",

disse.

Além de se manter exclusivamente do seu trabalho, o objetivo da artista é passar, através das pinceladas, uma sensação de tranquilidade e bem-estar, "encantar as pessoas, levar calma para o lar dessas pessoas, porque nossa vida tá corrida demais, com muitos conflitos e preocupações".



Deputado José de Arimateia
(Republicanos)

Arimateia elogia Centro Municipal de Diagnóstico por Imagem de Feira

Desde sua inauguração em 11 de março de 2003, o Centro Municipal de Diagnóstico por Imagem (CMDI) tem sido um pilar essencial na saúde na cidade de Feira de Santana. A constatação é do deputado José de Arimateia (Republicanos), que apresentou na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) uma moção de congratulações pela passagem dos 21 anos de fundação da unidade de saúde. "Sob a gestão da Fundação

Hospitalar de Feira de Santana (FHFS), presidida por Gilberto Lucas, o centro se tornou uma referência, graças aos avanços tecnológicos e ao dedicado corpo profissional", afirmou Arimateia.

Segundo ele, ao longo de duas décadas, o CMDI realizou milhares de atendimentos, incluindo uma variedade de exames de ultrassonografia, eletrocardiograma, raio-x, punção mamária e densitometria.

"Estes serviços não apenas beneficiam os moradores de Feira de Santana, mas também são essenciais para as comunidades vizinhas", acrescentou ele.

O parlamentar destacou ainda o papel vital do CMDI na promoção da saúde da mulher, especialmente através da participação na campanha Março Lilás, que visa a prevenção do câncer de colo do útero. Arimateia concluiu a moção

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia foi instituído através da Resolução nº 1.694/2015 de 23 de dezembro de 2015 que acrescenta o art. nº 231-A à Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, regulamentado pela Resolução da Mesa Diretora nº 127/2015.

MESA DIRETORA

Presidente

Deputado Adolfo Menezes

1º Vice-Presidente

Deputado Zé Raimundo Fontes

2º Vice-Presidente

Deputado Marquinhos Viana

3º Vice-Presidente

Deputado Antônio Henrique Júnior

4º Vice-Presidente

Deputado Laerte do Vando

1º Secretário

Deputado Marcelinho Veiga

2º Secretário

Deputado Samuel Junior

3º Secretário

Deputado Vítor Azevedo

4º Secretário

Deputado Zó**SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS**

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA.....	11
NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES.....	13

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH.....	15
ADICIONAIS DE TEMPO DE SERVIÇO.....	16

SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA

OFÍCIO AL 3.216/2024

Ofício Lid. Minoria /2024

Salvador (BA), 11 de março de 2024.

Exmo Sr. Deputado Adolfo Menezes.
Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia.

Senhor Presidente:

O Líder da Oposição, Deputado Alan Sanches, indica o Deputado Robinho para assumir a Liderança do União Brasil.

1 - Alan Sanches

2 - Júnior Nascimento

3 - Kátia Oliveira

4 - Luciano Simões Filho

5 - Manuel Rocha

6 - Marcinho Oliveira

7 - Pedro Tavares

8 - Robinho

9 - Sandro Régis

10 - Marcelinho Veiga

Salvador (BA), 11 de março de 2024.

Deputado ALAN SANCHES
Líder da Bancada da Minoria

OFÍCIO AL Nº 3.217/2024

Ofício Lid. Minoria /2024

Salvador, 11 de março de 2024.

Exmo Sr. Deputado Adolfo Menezes.
Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia.

Senhor Presidente:

O deputado infrafirmado, Líder da Bancada da Minoria nesta casa Legislativa, vem na forma regimental, indicar os Deputados que a partir

desta data integrarão a Comissão do Conselho de Ética.

Membros Efetivos:

01 - Dep. Sandro Régis (Corregedor Parlamentar)
02 - Dep. Samuel Júnior
03 - Dep. Tiago Correia

Membros Suplentes

04 - Dep. Robinho
05 - Dep. Emerson Penalva
06 - Dep. Kátia Oliveira

Atenciosamente

Deputado Alan Sanches
Líder da Bancada da Minoria

OFÍCIO AL Nº 3.218/2024

Salvador, 12 de março de 2024

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, utilizo-me do presente expediente para comunicar que estou adotando o nome parlamentar MARCELINO GALO.

Atenciosamente

Deputado MARCELINO GALO

Excelentíssimo Senhor
Deputado Adolfo Menezes
MD. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia
Salvador - BA

PROJETO DE LEI Nº 25.222/2024

Regulamenta as entregas de mercadorias por trabalhadores, em condomínios, edifícios e congêneres.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as seguintes medidas de proteção aos trabalhadores que atuam com entregas de mercadorias e de segurança dos usuários que residem em condomínios, edifícios e congêneres.

I - É vedado ao consumidor exigir que o trabalhador de entregas de mercadorias adentre nos espaços de uso comum de edifícios, condomínios ou congêneres, verticais e horizontais, devendo a mercadoria ser entregue na portaria.

II - Os consumidores com mobilidade reduzida ou necessidades especiais poderão solicitar a entrega nas áreas internas de edifícios, condomínios ou congêneres, verticais e horizontais, sem cobrança de qualquer valor adicional, resguarda as regras internas de segurança do local.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de março de 2024.

Deputada OLIVIA SANTANA

JUSTIFICATIVA

O serviço de entrega rápida a domicílio ou simplesmente delivery (termo inglês e que se popularizou no Brasil) é uma das atividades importantes do setor de comércio e serviços, especialmente com o aumento da circulação de produtos adquiridos on-line ou off line.

Segundo dados do IBGE, "em 2022, o Brasil tinha 1,5 milhão de pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais e aplicativos de serviços, o equivalente a 1,7% da população ocupada no setor privado".

Estudos da GS&NPD juntamente com o Instituto Food Service Brasil, divulgado em 2022, o consumo da população brasileira em serviço delivery alcançou R\$ 40,5 bilhões. Destacam-se as entregas realizadas por motoristas de aplicativos, notadamente os motoboys.

A praticidade que serviço delivery oferece ao consumidor é um diferencial na comercialização e circulação de produtos atualmente. Por outro lado, cresce um número de casos envolvendo discriminação, ofensas e violência contra os trabalhadores de entrega por aplicativos. Aumentam-se a cada dia situações em trabalhadores são agredidos verbal e fisicamente por consumidores que desrespeitam os direitos dos profissionais. Muitas das agressões são motivadas simplesmente porque o cliente não quis ir até a portaria do condomínio ou prédio para retirar o produto. Trata-se de uma cobrança indevida e fora a regra do negócio oferecido ao consumidor.

Pelas razões em tela, esta proposição visa salvaguardar os direitos dos trabalhadores que atuam com entregas e evitar novos casos de agressões do tipo mencionado alhures. É uma iniciativa necessária e urgente, tendo em vista que outros estados e vários municípios no país têm adotado a referida medida como forma de coibir que trabalhares(as) sejam desrespeitados(as), agredidos(as) e até assassinados(as).

Nessa linha, submeto a presente proposta para exame e aprovação dos meus nobres pares da Assembleia Legislativa da Bahia.

Sala das Sessões, 11 de março de 2024.

Deputada OLIVIA SANTANA

(Às Comissões de: Constituição e Justiça; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Direitos Humanos e Segurança Pública; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

MOÇÃO Nº 27.147/2024

Moção de pesar pelo falecimento de Suzi Leite Pereira.

O deputado que esta subscreve vem, na forma regimental, inserir na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa, a moção de pesar pelo falecimento de Suzi Leite Pereira.

Com profundo pesar, lamentamos o falecimento de Suzi Leite Pereira, filha do vice-prefeito de Brumado, Édio Pereira (PCdoB), conhecido popularmente como Continha e irmã de Cléber Pereira A filha de Continha, era engenheira de Alimentos e morava na cidade de Ilhéus, no sul da Bahia. Suzi tinha 33 anos e deixa esposo e filho.

Por tão inestimável perda, o Deputado Estadual Zó e toda a bancada Estadual do PCdoB da Bahia manifesta sentidas condolências, neste momento de dor, aos familiares e amigos.

Dê-se conhecimento desta Moção ao Irmão Cléber Pereira em nome de toda família.

Sala das Sessões, 11 de março de 2024.

Deputado ZÓ - PCdoB

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

MOÇÃO Nº 27.150/2024

Moção de pesar pela passagem do senhor Eurípedes Paulo Machado do Carmo.

É com pesar que recebemos a notícia do falecimento do Sr. Eurípedes Paulo Machado do Carmo, aos 87 anos, Santo Amarense, pai do ex-prefeito de Sanato Amaro, Ricardo Machado e sogro da atual prefeita Alessandra Gomes, Sr. Eurípedes partiu numa tarde de quinta-feira (7/3), deixando um legado de história e memórias na cidade. Ele foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores na Bahia.

Militante sindicalista, servidor da Petrobrás, foi perseguido pela ditadura militar de 1964, por seus ideais de esquerda, pela sua defesa da democracia, pela defesa da classe trabalhadora e pela defesa da Petrobras como um patrimônio do povo brasileiro.

Senhor Eurípedes foi o primeiro candidato a prefeito pelo PT de Santo amaro, cumprindo o papel de defender e desenvolver as ideias do partido no município do recôncavo baiano.

Nosso mandato, que é parte da Federação Brasil da Esperança, se solidariza com os familiares de Paulo Machado, e faz uma pausa para homenagear a memória de um desse ilustre baiano que deu sua contribuição para a luta democrática e popular.

Que Deus o receba e conforte os corações de seus familiares.

Dê-se conhecimento desta Moção ao Ex-Prefeito de Santo Amaro, Ricardo Machado.

Sala das Sessões, 11 de março de 2024.

Deputada OLIVIA SANTANA

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

MOÇÃO Nº 27.151/2024

Moção de pesar pela morte do Soldado Jonathas da Purificação Mainá, lotado na 82ª Companhia Independente de Polícia Militar.

O deputado que esta subscreve vem, na forma regimental, inserir na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa, Moção de pesar pela morte do Soldado Jonathas da Purificação Mainá, lotado na 82ª Companhia Independente de Polícia Militar.

Com enorme tristeza, tomamos conhecimento do trágico falecimento, última segunda-feira (11/03), do Soldado Jonathas da Purificação Mainá, lotado na 82ª Companhia Independente de Polícia Militar.

O Soldado Purificação compôs a turma de 2009 e era bastante reconhecido por sua parceria com os colegas de farda. Em pouco menos de duas décadas de serviço, ele integrou grandes e importantes missões, sobretudo vocacionadas ao desmanche do tráfico de drogas na capital baiana.

Certamente a sua ausência deixa desolado seus familiares, colegas de trabalho, amigos e conhecidos, nos deixando como exemplo seu modelo de vida enquanto Policial Militar, cidadão de bem, homem de fé e alicerce da família.

Ora, sabemos que a vida tem vários mistérios, e o maior deles é a morte. Nunca podemos entender o porquê destes entes tão amados terem partido. A dor sentida é imensurável. Decerto, que nestas horas não há nenhuma palavra que possa ser dita capaz de confortar os corações destes familiares e amigos, tudo parece perder o sentido e ficar pequeno distante de tamanho sofrimento.

Não há nada capaz de reparar estas perdas, mas em nome do amor de quem fica, e em honra da memória dos que se foram, é preciso continuar vivendo. Fato que é preciso transformar o luto em uma luta pela vida e pela felicidade, e, mesmo ciente da dificuldade, transformar a dor em saúde e serenidade. A morte do Soldado Purificação enluta não somente seus familiares e amigos, mas toda a sociedade que lamenta a perda de um guerreiro, que além de cidadão exemplar na honestidade, deixa um extenso legado de caráter e honra.

Deixo meus sentimentos e abraço carinhoso à família do Soldado Jonathas da Purificação Mainá, rogando que Deus e o Espírito Santo console cada coração neste momento difícil.

Dê-se ciência desta Moção à família enlutada.

Sala das Sessões, 12 de março de 2024.

Deputado Dr. DIEGO CASTRO

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER

Da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública ao Projeto nº 20.383/2013, de autoria do Deputado José de Arimatéia, que "institui a Semana Estadual de prevenção à violência contra a Criança e Adolescente no Estado da Bahia e dá outras providências".

O projeto de autoria do Deputado José de Arimatéia foi apresentado em 15 de julho de 2013. Em sua tramitação logrou aprovação na Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, foi submetido à análise da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, sendo distribuído a esta Relatora.

Por força do art. 51, §7º do Regimento Interno, compete a esta Comissão debater, analisar e acompanhar questões ligadas a cidadania, com ênfase nos segmentos sociais mais vulneráveis.

A referida proposição pretende instituir a Semana Estadual de prevenção à violência contra a Criança e Adolescente no Estado da Bahia.

Na sua justificativa, o autor da iniciativa ressalta que "das várias expressões de violências que existem atualmente, a mais chocante e cruel, incontestavelmente, é aquela cometida contra crianças e adolescentes: indivíduos em desenvolvimento, seres em construção que possuem sua integridade física e mental e social violada ..."

Segundo dados dos Ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania, o Disque 100 (Disque Direitos Humanos) registrou mais de 17 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes de janeiro a abril deste ano. Nos quatro primeiros meses de 2023 foram registradas, ao todo, 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolvem violências sexuais físicas - abuso, estupro e exploração sexual - e psíquicas.

Os dados divulgados evidenciam a necessidade de fortalecer as medidas que proporcionem às crianças e adolescentes uma vida livre de violências. Demonstram, ainda, a importância da defesa e proteção de segmento social vulnerável, em peculiar condição de desenvolvimento humano, que devem ter absoluta prioridade de tratamento pela família e Poder Público e da colaboração de toda sociedade.

A matéria em comento se reveste de elevado interesse público, sobretudo sobre a ótica dos Direitos Humanos, na medida em que o Brasil, por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, é signatário e ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança, que assim estabelece:

Artigo 19

1. Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive

abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

2. Essas medidas de proteção deveriam incluir, conforme apropriado, procedimentos eficazes para a elaboração de programas sociais capazes de proporcionar uma assistência adequada à criança e às pessoas encarregadas de seu cuidado, bem como para outras formas de prevenção, para a identificação, notificação, transferência a uma instituição, investigação, tratamento e acompanhamento posterior dos casos acima mencionados de maus tratos à criança e, conforme o caso, para a intervenção judiciária.

Evidente a preocupação em resguardar as crianças e adolescentes, no plano internacional, afinando-se com o artigo 227 da Constituição Federal que atribui ao Poder Público o dever de promover ações voltadas a assegurar-lhes, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Constituição do Estado da Bahia, no artigo 283, reproduz o comando normativo acima. Além disso, merece destaque o Estatuto da Criança e do Adolescente, que põe crianças e adolescentes a salvo de todas as formas de violência.

A finalidade do projeto de lei criando uma semana temática para refletir, conscientizar e analisar as políticas públicas executadas para prevenir as violências contra crianças e adolescentes concretiza uma ação essencial, com cunho preventivo e pedagógico, para fortalecer o enfrentamento e erradicar os alarmantes dados acima indicados.

Ante o exposto, considerando que cabe ao Estado dar efetividade às garantias previstas nas normas constitucionais e a compatibilidade do presente Projeto de Lei com os direitos humanos, OPINO pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei.

É o voto.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2024.

VOTOS DOS(AS) SRS.(AS) DEPUTADOS(AS) AO PARECER:

PRESIDENTE: Pablo Roberto.

Relator: Neusa Cadore.

A FAVOR: Neusa Cadore, Hílton Coelho, Ludmilla Fiscina, Dr. Diego Castro.

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

P A R E C E R

RELATORA: DEPUTADA ESTADUAL CLÁUDIA OLIVEIRA.
REF. PROJETO DE LEI Nº 23.685/2019

I. DO RELATÓRIO

A proposição trazida para análise trata da instituição do Dia Estadual da Eletromobilidade.

Além disso, determina a realização, pelo Poder Executivo, de seminários para orientar, qualificar e fomentar o debate sobre a matéria e os impactos positivos da eletromobilidade para o meio ambiente.

Registre-se, ainda, o teor autorizativo do projeto em relação à concessão de benefícios fiscais e tributários, notadamente relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal.

É o resumo.

Nos termos do art. 51, §6º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Bahia (Resolução 1.193/85), são atribuições da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo:

§ 6º - A Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo tem a atribuição de opinar sobre políticas públicas relacionadas a:

- I - projetos, planos e programas de desenvolvimento social e econômico do Estado e de suas regiões;
- II - desenvolvimento e modernização da infraestrutura, obras públicas, transportes e comunicações;
- III - indústria, inclusive artesanato e turismo, comércio, serviços e agroindústria;
- IV - política de turismo, subvenções, incentivos, isenções fiscais às empresas e atividades turísticas públicas ou privadas;
- V - planos de desenvolvimento, expansão e incremento do turismo;
- VI - programas e projetos governamentais de urbanização e melhoria da qualidade de vida das populações dos centros urbanos;
- VII - política habitacional;
- VIII - política mineralógica e energética.

Assim, considerando ser matéria inserida no âmbito de competência desta Comissão, prossegue-se com a análise do projeto.

II. FUNDAMENTOS

A proposta trazida está inserida em um contexto de grande importância relativo à implantação da eletromobilidade, que possui inúmeros desafios regulatórios e referentes à adoção de políticas públicas específicas.

É uma realidade a conversão de frotas públicas em veículos elétricos, com o estabelecimento de metas para a eletrificação e redução de gases poluentes. Como bem pontuado na justificativa do projeto sob análise, os benefícios para o meio ambiente são enormes, atendendo diretamente ao proposto no art. 206 da Constituição do Estado da Bahia, que determina que os sistemas viários e os meios de transporte aeroviário, hidroviário, ferroviário e rodoviário subordinam-se à preservação da vida humana, à segurança e à defesa do meio ambiente.

Importante destacar, também, que o art. 11, VIII, da Constituição do Estado da Bahia, prevê a necessidade de proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas. Assim, ao estabelecer o dia proposto, o Estado age proativamente e dentro de suas obrigações constitucionais, protegendo um dos seus maiores bens jurídicos: o meio ambiente.

No entanto, poder-se-ia alegar que o projeto contém vício formal de iniciativa, pois estaria a invadir competência legislativa privativa do Governador do Estado, nos termos do art. 77, III, da Constituição do Estado da Bahia. Observe-se o artigo constante no referido projeto de lei:

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder benefícios fiscais e tributários, notadamente relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, a empresas que promovam, por meios efetivos, a eletromobilidade.

Percebe-se, assim, que com a emenda supressiva apresentada, o projeto passa a ter uma nova dimensão, restando fortalecido o objeto principal da proposta: a instituição do Dia Estadual da Eletromobilidade.

Além disso, observa-se que a proposição sob análise também poderia ser obstada por vício de inconstitucionalidade formal, na medida em que compete privativamente ao Governador propor projetos de lei que disponham sobre atribuições das Secretarias e demais órgãos

da administração pública, nos termos do art. 77, VI, da Constituição Estadual. Segue, abaixo, o artigo segundo da proposição:

Art. 2º - Para efeito do que trata o artigo anterior, o Poder Executivo, através dos órgãos diretamente vinculados às ações ligadas ao meio ambiente, na data destacada, realizará seminários para orientar, qualificar e fomentar o debate sobre a matéria e os impactos positivos da eletromobilidade para o meio ambiente.

Assim, com as emendas ora apresentadas, salvo melhor juízo, não se vislumbra mais qualquer tipo de ingerência de um Poder Federativo na competência de outro, eis que o Poder Legislativo não ordenará expressamente obrigações para o Poder Executivo, deixando a atuação à conveniência e oportunidade da Administração Pública, em virtude do seu poder discricionário.

Desse modo, verifica-se a inexistência de óbices à aprovação do referido projeto com as emendas apresentadas.

III. CONCLUSÃO E VOTO

Diante do exposto, opino pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei 23.685/2019, mediante as seguintes emendas:

EMENDA 1 - SUPRESSIVA

Fica suprimido o Art. 3º do PL 23.685/2019, com o seguinte teor: "Fica autorizado o Poder Executivo a conceder benefícios fiscais e tributários, notadamente relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, a empresas que promovam, por meios efetivos, a eletromobilidade".

EMENDA 2 - MODIFICATIVA

O art. 2º do PL 23.685/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Para efeito do que trata o artigo anterior, fica autorizado ao Poder Executivo, através dos órgãos diretamente vinculados às ações ligadas ao meio ambiente, a realizar seminários para orientar, qualificar e fomentar o debate sobre a matéria e os impactos positivos da eletromobilidade para o meio ambiente.

Justificativas - Com as mudanças incluídas, ficam sanadas possíveis alegações de vícios de inconstitucionalidade por ingerência de um Poder Federativo na competência de outro. Além disso, resta preservado o objeto principal do projeto, que é a criação do Dia Estadual da Eletromobilidade, bem como a colaboração entre os poderes com as medidas propostas a serem realizadas.

S.M.J, é o nosso entendimento.

É o voto.

Sala das Comissões, 12 de março de 2024.

VOTOS DOS(AS) SRS.(AS) DEPUTADOS(AS) AO PARECER:

PRESIDENTE: Eduardo Salles.

RELATOR: Cláudia Oliveira.

A FAVOR: Eures Ribeiro, Penalva, Maria del Carmen, Robinson Almeida e Tiago Correia.

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

ATOS

Nº. 3.360/2024 - Exonerar WILLIAM MERCES PURIDADE MACEDO, cadastro 933781, da função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Hassan) Nível SP-17B, a partir de 01/03/2024.

Nº. 3.361/2024 - Exonerar, a pedido, MARCELINO ANTONIO MARTINS GALO da função comissionada de Superintendente de Assuntos Parlamentares, Símbolo FC08, e determinar o seu retorno à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, a partir de 11/03/2024.

Nº. 3.362/2024 - Exonerar REINALDO TEIXEIRA BRAGA da função comissionada de Assistente Civil, Símbolo FC07, a partir de 01/03/2024.

Nº. 3.363/2024 - Nomear REINALDO TEIXEIRA BRAGA para a função comissionada de Assessor da Presidência, Símbolo FC06, a partir de 01/03/2024.

Nº. 3.364/2024 - Nomear LILA GUIMARÃES XAVIER DE SOUZA para a função comissionada de Assistente Civil, Símbolo FC07, a partir de 01/03/2024.

PORTARIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

Nº. 340/2024 - Conceder aos servidores abaixo relacionados, Incentivo Funcional de 05% (cinco por cento), por haverem concluído o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, de acordo com o art. 37, inciso I, alínea "a", e seu parágrafo único, da Lei n.º 8.971/2004:

Processo	Cad.	Servidor	Curso	Vigência
200.14151/2024-92	933.643	VANESSA RAMOS DE SOUZA	Ética Profissional	07/03/2024
200.14148/2024-65	933.640	THIAGO BARBOSA DOS SANTOS SANTIAGO	Cybersecurity: Detecção de Ameaças e Proteção de Sistemas de Informática e Comunicações	07/03/2024

Nº. 341/2024 - Conceder, a partir de 04/03/2024, à servidora LUCIANA DE OLIVEIRA GASINEO, Técnico Legislativo, TLA01, cadastro n.º 934.047, Incentivo Funcional de mais 05% (cinco por cento), por haver concluído o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Constitucional, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, de acordo com o art. 4º, inciso II da Resolução n.º. 1695, de 04 de março de 2016.

Adicional por Tempo de Serviço - Deferido:

Servidora: EDMYLLA DE ALMEIDA CRISTO

Cadastro: 932.415

Origem: Processo nº 200.11812/2023-89

Assunto: 10% (dez por cento) a partir de 05/05/2023;

11% (onze por cento) a partir de 15/12/2023;

Licença-Médica - Deferida:

Servidora: MÔNICA TEIXEIRA CARNEIRO DA SILVA

Cadastro: 904.636

Origem: Processo nº. 200.04326/2022-32- Atendimento Médico: 272325

Assunto: Licença-Médica de 40 (quarenta) dias, prorrogada no período de 23/02/2024 a 02/04/2024.

Licença Médica - Deferida:

Servidora: TEREZA CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO

Cadastro: 929.717

Origem: Processo nº. 200.08445/2023-50 - Número do Benefício:

642.152.996-1

Assunto: Licença Médica prorrogada até 14/04/2024.

ADICIONAIS DE TEMPO DE SERVIÇO



Replicado por haver saído com incorreção

Publicação do ATS - Adicional de Tempo de Serviço, Art. 41, inciso XXVI da Constituição Estadual, do Quadro de Funcionários de Provimento Temporário deste Poder.

Cad	Nome	Data Admissão	Reconhecimento Adicional	ATS Vigência	ATS %
926924	ABDIAS FELIX DOS SANTOS	01/02/2019	21/03/1996	21/03/2024	28%
932846	ALINE GUSMAO DANTAS	01/03/2023	03/03/2017	03/03/2024	7%
932408	ALTINO RIBEIRO ROCHA JUNIOR	01/02/2023	01/03/2015	01/03/2024	9%
922543	ANA ARAUJO DA SILVA	04/08/2015	20/03/2013	20/03/2024	11%
925327	ANA CARMELITA DE OLIVEIRA MARQUES	01/11/2017	14/03/2014	14/03/2024	10%
923478	ANA PAULA LOIOLA BRUNI	01/07/2016	29/03/2014	29/03/2024	10%
918258	ANAILZA CARNEIRO DOS SANTOS	07/11/2011	09/03/2010	09/03/2024	14%
915422	ANTONIA DE SOUZA GOIABEIRA	31/03/2010	27/03/1994	27/03/2024	30%
928741	ANTONIO JOSE DOS SANTOS DE LIMA	01/11/2019	13/03/2001	13/03/2024	23%
930746	CECILIA LUIZA ALMEIDA VENTURA	01/08/2021	09/03/2011	09/03/2024	13%
919815	DAISY MARY CAMURUGY MOREIRA	03/04/2013	17/03/2005	17/03/2024	19%
919011	DARIANE BALIZA COTRIM	01/08/2012	07/03/2014	07/03/2024	10%
926094	DEUSDETE BARBOSA DA SILVA FILHO	01/04/2018	12/03/2008	12/03/2024	16%
933155	EDVALDO DA SILVA SANTANA	01/05/2023	05/03/2002	05/03/2024	22%
923578	ELISANGELA SANTANA LIMA	01/08/2016	07/03/2018	07/03/2024	6%
906706	EUDA MARIA SOARES BAHIANO	01/04/2002	09/03/1988	09/03/2024	36%
906304	EURICO MULLER GOES	01/08/2001	07/03/2003	07/03/2024	21%
932746	FERNANDO SOUZA CERQUEIRA	01/02/2023	17/03/2016	17/03/2024	8%
922634	GERVASIO NUNES DE ALMEIDA	01/09/2015	02/03/2010	02/03/2024	14%
924402	GIUSEPPE BERTOLINO CORREIA PIPOLO	11/03/2019	12/03/2012	12/03/2024	12%
924734	GUTEMBERG SANTANA DOS SANTOS	02/05/2017	17/03/2015	17/03/2024	9%
931284	INES SANTOS DA LUZ	01/03/2022	02/03/2012	02/03/2024	12%
932921	IREMAR LOPES DOURADO	01/03/2015	03/03/2017	03/03/2024	7%
933365	ISRAEL BARBOSA ROCHA	01/07/2023	06/03/2018	06/03/2024	6%
925944	JAIRAN ANDRADE DOS SANTOS	01/03/2018	10/03/2013	10/03/2024	11%
918045	JOAO MATHEUS FERREIRA FEITOSA	04/08/2011	09/03/2013	09/03/2024	11%
932063	JOAO OTAVIO DE OLIVEIRA MACEDO JUNIOR	01/01/2023	06/03/2016	06/03/2024	8%
927030	JOEL ARAUJO LIMA	01/02/2019	09/03/2017	09/03/2024	7%
922486	JONAS ROSA DA SILVA ALMEIDA	01/08/2015	06/03/2013	06/03/2024	11%
922729	JUCINEDE ALVES DE ABREU GONCALVES	05/10/2015	11/03/2014	11/03/2024	10%
931715	LAURA LETICIA PIRES DE OLIVEIRA MASCARENHAS	01/07/2022	10/03/2011	10/03/2024	13%
922536	LIDIANE MORAES SOARES DOMINGUES	01/08/2015	06/03/2017	06/03/2024	7%
920188	LUCIDALVA SALUSTIANA SANTOS	01/08/2013	07/03/2014	07/03/2024	10%
928030	LUDMILLA ANDRADE CARDOSO DE SENA PIRES	04/04/2019	08/03/2017	08/03/2024	7%
931303	MANOEL CELSO OLIVEIRA LIMA	01/03/2022	01/03/2013	01/03/2024	11%
918122	MARCELO Y PLA DE OLIVEIRA CASTRO	01/09/2011	01/03/2013	01/03/2024	11%
927071	MARCOS PINTO DA SILVA	01/02/2019	09/03/2017	09/03/2024	7%
922520	MARCUS DANIEL SAMPAIO RAMOS	01/08/2015	06/03/2017	06/03/2024	7%
921060	MARILIA REJANE ANDRADE CARDOSO	01/08/2014	06/03/2016	06/03/2024	8%
911550	MARISTELA BARBOSA LEO	01/04/2007	23/03/2001	23/03/2024	23%
923604	MEIRY ELLEN DE ANDRADE ALVES	16/08/2016	22/03/2023	22/03/2024	6%
918020	NARAH KATHIA RIBEIRO DA SILVA	01/08/2011	06/03/2013	06/03/2024	11%
924174	NESTOR MENDES LIMA JUNIOR	01/02/2017	06/03/1998	06/03/2024	26%
924292	NEURACI LIMA REIS	01/03/2017	10/03/2018	10/03/2024	6%
926937	NEUTON JOSE OLIVEIRA LIRO	01/02/2019	19/03/2017	19/03/2024	7%
919187	ORLANDO SANTANA AFONSO FILHO	15/10/2012	21/03/2010	21/03/2024	14%
909872	PAULO FERNANDO BARIGCHUM THAUMATURGO	01/12/2005	18/03/2000	18/03/2024	24%
923600	QUILIANE CORDEIRO DO ROSARIO	11/08/2016	17/03/2018	17/03/2024	6%
921368	RAMON DOS SANTOS	01/02/2015	25/03/2013	25/03/2024	11%
921112	REGIANE SOARES DE MOURA SANTANA	01/08/2014	06/03/2016	06/03/2024	8%
932974	REIVALDO MOREIRA FAGUNDES	01/03/2023	23/03/2016	23/03/2024	8%
922047	RENILDA PINHEIRO DE OLIVEIRA PESSOA	01/04/2015	22/03/2010	22/03/2024	14%
925931	ROSANE SANTOS NOGUEIRA	01/03/2018	14/03/2013	14/03/2024	11%
919346	ROSANGELA VITORINO SILVA DOS SANTOS	01/01/2013	12/03/2007	12/03/2024	17%
911615	RUY BARBOSA DE ABREU JUNIOR	01/05/2007	01/03/1996	01/03/2024	28%
923160	SANDRA SILVA MUNIZ	07/04/2016	26/03/2013	26/03/2024	11%
926271	SARA MERCES DOS SANTOS	01/05/2018	06/03/2012	06/03/2024	12%
931799	SOLANGE MARIA SANTANA MOTA	01/07/2022	07/03/2013	07/03/2024	11%
204310	SONIA REGINA DOS SANTOS DE MAMAN	19/08/1986	24/03/1988	24/03/2024	36%
916126	SUZIANE ALMEIDA DA SILVA	01/02/2011	17/03/2006	17/03/2024	18%
920423	TATIANA TEIXEIRA GUIMARAES DIAS	04/11/2013	09/03/2009	09/03/2024	15%
923548	THALLES RAMON SANTOS PINHEIRO DE FREITAS	01/08/2016	07/03/2018	07/03/2024	6%

Republicado por haver saído com incorreção

Publicação do ATS - Adicional de Tempo de Serviço, Art. 41, inciso XXVI da Constituição Estadual, do Quadro de Funcionários de Provimento Temporário deste Poder.

Cad.	Nome	Data Admissão	Adicional Tempo Serviço		RECONHECIMENTO
			VIGÊNCIA	ATS %	
934096	ANDRE LUIS PITA NUNES	01/02/2024	01/02/2024	13%	02/09/2010
934116	IZAIAS LEITE GONCALVES	01/02/2024	01/02/2024	11%	20/02/2013
934133	WILMA MARIA SANTOS	01/02/2024	01/02/2024	7%	29/06/2016
931900	LEONARDO CABRAL DOS SANTOS	01/10/2022	24/01/2024	12%	24/01/2012

EGBA

GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO

Agende seu atendimento
de forma rápida e fácil

Sede Egba

71 3343-2886

www.egba.ba.gov.br

R. Mello Moraes Filho, 189
Fazenda Grande do Retiro



EGBA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO



CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Garante autenticidade
e segurança nas
transações eletrônicas.

Egba. Melhores preços, melhor
qualidade, maior segurança.